

**ILMO (A). SR (A). PREGOEIRO (A) DA ITAIPU**

**PREGÃO ELETRÔNICO NF 1230-19**

**UP BRASIL - POLICARD SYSTEMS E SERVIÇOS S.A.**,  
pessoa jurídica de direito privado com sede na Av. Park Sul, n.º 60, sala 33, Centro, Matias  
Barbosa, Minas Gerais, CEP 36120-000, inscrita no CNPJ sob o número 00.904.951/0001-95,  
e-mail: [licitacoes@upbrasil.com](mailto:licitacoes@upbrasil.com) e fone/fax 34-3233-3400 ora em diante designada  
simplesmente como UP POLICARD, vem perante V. Sa., apresentar:

### **IMPUGNAÇÃO CONTRA EDITAL**

ao Edital de Licitação do PREGÃO ELETRÔNICO supra, a ser realizado pela **ITAIPU**,  
pelos seguintes motivos.

#### **I - DOS FATOS E DAS PREVISÕES EDITALÍCIAS ILEGAIS**

**A ITAIPU tornou público o edital convocatório que tem como objeto:**

*“contratação de fornecimento e distribuição de cartões, com chip de segurança, de refeição e alimentação aos empregados e diretores da ITAIPU e empregados da Fundação Itaipu Brasil de Previdência e Assistência Social (Fibra), de acordo com as Especificações Técnicas, Anexo I deste Caderno de Bases e Condições (CBC).”*

A participação no referido certame está designada para ocorrer no dia 20.08.2019, às 09h00min, trata-se de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo “Menor Taxa”.

No entanto, a ora Impugnante considera que a licitação em referência está pautada em condição que restringe o caráter competitivo do certame.

A mencionada exigência e condição que estariam a prejudicar a competitividade e que maculam a lisura do certame público por ferir preceitos da Lei e princípios que norteiam as contratações pela Administração Pública, está relacionada com o exíguo prazo para apresentação da rede credenciada de estabelecimentos comerciais e quantidade exorbitante de estabelecimentos.

A disposição elencada, como demonstraremos a seguir, somente reflete a impossibilidade de fomentar a participação de potenciais licitantes, com a exigência de uma rede extremamente grande e prazo exíguo para apresentação.

d) declaração, sob as penas da lei, de que mantém convênio/credenciamento com os estabelecimentos indicados no Anexo A das Especificações Técnicas, Anexo I do Caderno de Bases e Condições, ou que se compromete a fazê-lo até a data limite para o lançamento dos créditos aos beneficiários.

### 3.3 QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS ONDE FORAM UTILIZADOS O ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO PELOS BENEFICIARIOS

#### a) Cartão Alimentação

| CIDADE               | ESTADO | Nº CREDENCIADOS UTILIZADOS |
|----------------------|--------|----------------------------|
| SALVADOR             | BA     | 19                         |
| FORTALEZA            | CE     | 10                         |
| BRASILIA             | DF     | 27                         |
| GOIANIA              | GO     | 11                         |
| BELO HORIZONTE       | MG     | 25                         |
| CAMPO GRANDE         | MS     | 12                         |
| CAMPO LARGO          | PR     | 18                         |
| CASCADEL             | PR     | 29                         |
| COLOMBO              | PR     | 15                         |
| CURITIBA             | PR     | 94                         |
| FOZ DO IGUAÇU        | PR     | 88                         |
| GUARAPUAVA           | PR     | 13                         |
| LONDRINA             | PR     | 37                         |
| MARINGA              | PR     | 31                         |
| MATINHOS             | PR     | 12                         |
| PARANAGUA            | PR     | 14                         |
| PINHAIS              | PR     | 19                         |
| PONTA GROSSA         | PR     | 12                         |
| PONTAL DO PARANA     | PR     | 18                         |
| SAO JOSE DOS PINHAIS | PR     | 25                         |
| RIO DE JANEIRO       | RJ     | 32                         |
| SAO GONCALO          | RJ     | 11                         |
| PORTO ALEGRE         | RS     | 31                         |
| SANTA MARIA          | RS     | 10                         |
| CHAPECO              | SC     | 11                         |
| FLORIANOPOLIS        | SC     | 29                         |
| JOINVILLE            | SC     | 13                         |
| BAURU                | SP     | 15                         |
| CAMPINAS             | SP     | 12                         |
| PRESIDENTE PRUDENTE  | SP     | 14                         |
| SAO JOSE DOS CAMPOS  | SP     | 13                         |
| SAO PAULO            | SP     | 73                         |
| SOROCABA             | SP     | 10                         |

Cartão Alimentação: Dados referentes ao período de 24/07/2018 a 24/07/2019

**b) Cartão Refeição**

| CIDADE                  | ESTADO | Nº CREDENCIADOS UTILIZADOS |
|-------------------------|--------|----------------------------|
| MACEIO                  | AL     | 15                         |
| SALVADOR                | BA     | 30                         |
| FORTALEZA               | CE     | 34                         |
| BRASILIA                | DF     | 125                        |
| BELO HORIZONTE          | MG     | 48                         |
| RECIFE                  | PE     | 38                         |
| CAMPO LARGO             | PR     | 12                         |
| CASCADEL                | PR     | 83                         |
| CURITIBA                | PR     | 1723                       |
| FOZ DO IGUAÇU           | PR     | 134                        |
| GUARAPUAVA              | PR     | 11                         |
| LONDRINA                | PR     | 81                         |
| MARINGA                 | PR     | 44                         |
| PARANAGUA               | PR     | 11                         |
| PINHAIS                 | PR     | 45                         |
| PONTA GROSSA            | PR     | 17                         |
| SAO JOSE DOS<br>PINHAIS | PR     | 52                         |
| TOLEDO                  | PR     | 10                         |
| NITEROI                 | RJ     | 15                         |
| RIO DE JANEIRO          | RJ     | 251                        |
| NATAL                   | RJ     | 16                         |
| PORTO ALEGRE            | RJ     | 103                        |
| BALNEARIO<br>CAMBORIU   | SC     | 41                         |
| FLORIANOPOLIS           | SC     | 69                         |
| JOINVILLE               | SC     | 18                         |
| CAMPINAS                | SC     | 23                         |
| GUARULHOS               | SC     | 71                         |
| SAO PAULO               | SC     | 358                        |

Cartão Refeição: Dados referentes ao período de 24/07/2018 a 24/07/2019

**3.4** A CONTRATADA deverá manter rede credenciada tendo com referencial quantitativo mínimo o informado no item 3.3.

#### ANEXO A

#### RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM OS QUAIS É OBRIGATÓRIO MANTER CONVÊNIO OU CREDENCIAMENTO PARA FOZ DO IGUAÇU - PR

##### FOZ DO IGUAÇU - SUPERMERCADOS

| ESTABELECIMENTO           | ENDEREÇO  | TELEFONE (045) |
|---------------------------|---|----------------|
| Super Muffato (rede)      | Av. JK 1565 - Centro                                | 2102-1800      |
| BIG Hipermercado          | Av. JK 2404 - Jardim América                        | 3901-1000      |
| Supermercado Líder        | Av. Silvio Américo Sasdelli 1943 - Jardim Lancaster | 3027-1000      |
| Mini Mercado JAJA         | Rua Recife 82 - Vila C                              | 3575-5031      |
| Supermercado Italo (rede) | Av. Fortaleza, 955 - Jardim Petrópolis              | 3575-4636      |
| Ney Supermercado          | Av. Maceió, 2133 - Jardim Ipê                       | 3029-1818      |

### FOZ DO IGUAÇU - RESTAURANTES

| ESTABELECIMENTO  | ENDEREÇO                           |
|--|------------------------------------|
| Praça de alimentação<br>Cataratas JL Shopping<br>(mínimo 5 estabelecimentos) | Av. Costa e Silva, 185             |
| Lanchonete Nuvens do Prisma  | Usina Hidrelétrica de Itaipu       |
| Restaurante Barracão   | Av. Silvio Américo Sasdelli, 1010  |
| Marias Restaurantes  | Av. Brasil, 1285                   |
| Cheiro Verde Restaurante<br>Vegetariano                                      | Rua Tarobá, 746                    |
| Miss Laura Sem Glúten e<br>Lácteos   | Rua Tarobá, 719                    |
| Pizza Hut  | Rua Santos Dumont, 365             |
| Sampa Foods  | Usina Hidrelétrica de Itaipu (PTI) |
| Restaurante Frantyesko   | Usina Hidrelétrica de Itaipu (PTI) |

### ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO

II) credenciar ou conveniar estabelecimentos comerciais por solicitação da ITAIPU no prazo de até sete dias úteis após a data de recebimento da solicitação;

III) apresentar listagem de convênios ou credenciamentos nas cidades indicadas no subitem 3.3 das Especificações Técnicas, contendo: nome da cidade em ordem alfabética; denominação da pessoa jurídica em ordem alfabética, o número do CNPJ e o endereço do estabelecimento conveniado, além da modalidade de atendimento (refeição e/ou alimentação);

IV) manter convênios ou credenciamento com as principais redes de supermercados e restaurantes nas localidades indicadas no subitem 3.3 das Especificações Técnicas e daquelas desejáveis constantes da listagem, Anexo A das Especificações Técnicas, para Foz

do Iguaçu - PR;

V) estabelecer proibição aos estabelecimentos credenciados ou conveniados da prática de qualquer desconto (deságio) sobre o valor do crédito eletrônico dos cartões os quais deverão se destinar exclusivamente e integralmente aos fins indicados (refeição e alimentação);

VI) exigir dos credenciados ou conveniados a observância das regras estabelecidas no PAT -Programa de Alimentação do Trabalhador;

Assim, não restou alternativa à Impugnante, senão apresentar esta Impugnação contra o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO NF 1230-19**, para que seja revisto o prazo para a futura contratada apresentar sua relação de estabelecimentos conveniados e para que seja justificada a quantidade de estabelecimentos exigidos, inegavelmente restringe o caráter competitivo do certame, além de extrapolar os limites necessários para uma boa execução do contrato, em conformidade com as razões jurídicas a seguir aduzidas.

São medidas flagrantemente despropositada por não conceder o mínimo tempo hábil para a licitante credenciar à perfeição os estabelecimentos solicitados, sendo essa exigência (da forma como proposta) cumprida tão somente pelas empresas líderes de mercado que já possuem todos esses credenciamentos prontos.

É forçoso observar que a rede credenciada exigida pelo Edital congrega demasiada quantidade de convênios **espalhados por vários Municípios para atendimento de milhares de estabelecimentos comerciais.**

Tal assertiva, é o posicionamento já pacificado do colendo **TRIBUNAL DE CONTAS DE SÃO PAULO**, no sentido de se conceder prazo razoável para que a licitante vencedora possa efetuar ou complementar sua rede credenciada, a exemplo dos julgados abaixo transcritos:

*“**RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS NO MUNICIPIO**  
- **EXIGENCIA A SER DIRIGIDA UNICA E TÃO SOMENTE A LICITANTE**  
**VENCEDORA, CONCEDENDO-SE PRAZO DE TEMPO RAZOÁVEL**  
**PARA A REALIZAÇÃO DOS CREDENCIAMENTOS NECESSARIOS** -  
PRINCIPIOS DA ISONOMIA E DA AMPLA COMPETITIVIDADE -  
PROCEDENCIA. V.U.”<sup>1</sup> (grifos nossos)*

*“**CREDENCIAMENTO PRÉVIO DE DETERMINADO NÚMERO DE**  
**ESTABELECIMENTOS EM SÃO PAULO, CAMPINAS E BAURU -**  
**CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO QUE VAI ALÉM DO INDISPENSÁVEL A**  
**GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS FUTURAS OBRIGAÇÕES -**  
**PENDENCIAS ESPECIFICAS DEVEM SER TRATADAS PELO**  
**PROCEDIMENTO PREVISTO NO PARAGRAFO 6, DO ARTIGO 30, DA**  
**LEI DE LICITAÇÕES, POR MEIO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE**  
**DISPONIBILIDADE - OS CREDENCIAMENTOS EXIGIDOS NO ITEM**  
**‘13.1.3’, COMO FUTURA OBRIGAÇÃO, DEVEM ESTAR**  
**ACOMPANHADOS DE PRAZO RAZOÁVEL PARA QUE SEJAM**  
**REALIZADOS - PROCEDENCIA. V.U.**”<sup>2</sup> (grifos nossos)*

*“**EDITAL DE LICITAÇÃO. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGENCIA**  
**DE RELAÇÃO DE NUMERO MINIMO DE ESTABELECIMENTOS**  
**CREDENCIADOS. OBRIGAÇÃO CONTRATUAL A SER CUMPRIDA**  
**EM PRAZO RAZOAVEL.** CORREÇÃO DETERMINADA”<sup>3</sup> (grifos nossos)*

---

<sup>1</sup> Processo nº 2478/006/07 – Relator: Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho 09.11.07/06.12.07

<sup>2</sup> Processo nº 21115/026/06 – Relator: Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho. 26.06.2006/13.07.2006

<sup>3</sup> Processo nº 8533/026/09 – Relator: Conselheiro Robson Marinho. 19.03.2009



Igual posicionamento também é defendido com maestria pelo egrégio **TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ**, o qual recentemente teve a oportunidade de apreciar a matéria de um caso análogo ao presente, quando reiterou a necessidade do órgão contratante conceder um prazo razoável e suficiente, após a assinatura do contrato, para que a futura contratada tenha condições viáveis de firmar todos os convênios exigidos, seguindo abaixo o excerto do respectivo julgado (*processo nº 369930/19*) proferido sob a lavra do ilustre *Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães*:

*“Este Tribunal de Contas possui o mesmo entendimento, de que a exigência de rede credenciada deve ocorrer somente na fase de contratação, devendo ser concedido prazo razoável para tal, nos seguintes termos:*

*‘Contudo, a exigência de apresentação de tal rede credenciada deve ser realizada no momento da contratação, e não no momento da apresentação das propostas, após prazo razoável para que a empresa vencedora do certame possa firmar sua rede de credenciados. Com isso, a empresa que se sagrou vencedora com a melhor proposta, após ampla competitividade, tem condições de firmar contratos com empresas na localidade do contratante, conforme a necessidade da Administração Pública através de regras estabelecidas no edital de forma razoável e proporcional.*

**Nesse sentido, se manifestou o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1818/2013 - Plenário, da seguinte forma:**

*De fato, a jurisprudência deste Tribunal reputa como indevida a exigência de apresentação de rede credenciada de estabelecimentos para fins de habilitação no certame, podendo ser exigida tão somente*

*na fase de contratação, **concedendo-se ao licitante vencedor prazo razoável para seu cumprimento (ex vi dos Acórdãos 686/2013, 1.194/2011 e 307/2011, todos do Plenário). Do contrário, haveria a imposição de ônus financeiro e operacional desarrazoados às licitantes.***

*Portanto, verifica-se a irregularidade do presente item, sendo cabível a expedição de recomendação para que a exigência de **apresentação de rede credenciada de estabelecimentos** seja exigida somente na fase de contratação, e nunca na habilitação, **concedendo-se ao licitante vencedor prazo razoável para seu cumprimento**, a fim de não onerar os licitantes com custos financeiros e operacionais prévios.” (grifos nossos)*

Com todos os argumentos elencados e demonstrados acima, há necessidade de dilação do prazo para apresentação dos estabelecimentos credenciados pela licitante vencedora, de modo a não ferir a competitividade do certame.

Nestas circunstâncias, restam claras as razões de fato e de direito pelas quais o edital convocatório deve ser alterado, já que evidentemente, é fruto de uma interpretação restritiva e desproporcional na aferição da capacitação técnica da empresa licitante, fica fácil constatar a desobediência do órgão licitante aos princípios norteadores dos Instrumentos Licitatórios.

Exigência inapropriada para a prestação de serviço em questão.

Estabelece o art. 37 XXI da Constituição Federal de 1.988:

*“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os*

*concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.*

Fixar as exigências supracitadas num edital de licitação para o fornecimento de vale alimentação e refeição, caracteriza um afronto a Carta Magna deste país, afronta todas as orientações jurisprudenciais existentes.

**STJ decidiu:** *“A licitação pública caracteriza – se como um procedimento administrativo que possui dupla finalidade, sendo a primeira a de escolher a proposta mais vantajosa para a Administração e a segunda, a de estabelecer a igualdade entre os participantes.”* (Fonte: STJ. RESP nº 447814/SP. DJU 10, março; 2003.p.00112).

## **II- Fundamentos Jurídicos da IMPUGNAÇÃO:**

Diversos são os fundamentos jurídicos que demonstram a ilegalidade das cláusulas editalícias em comento.

Em primeiro lugar, ressalte-se que a exigência de rede credenciada, divorciou-se estranhamente da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002 e ainda das reais necessidades dos empregados da ITAIPU.

**A todo sentir, o entendimento vazado pelo(a) Sr.(a) Pregoeiro(a) viola o artigo 3º, § 1º, I, da Lei de licitações, que dispõe:**

Art. 3. (omissis)

§ 1º - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, **RESTRINJAM OU FRUSTREM O SEU CARÁTER COMPETITIVO** e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

## **EXPLICITAÇÃO DAS NORMAS E PRINCÍPIOS VIOLADOS PELAS CLÁUSULAS EDITALÍCIAS**

A filosofia de qualquer modalidade licitatória é voltada à ampliação da competição e a escolha da melhor empresa apta a contratar com a Administração Pública.

A todo sentir, as cláusulas impugnadas afrontam os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da legalidade e do formalismo moderado.

A cláusula editalícia ora impugnada, sem eufemismos, **defloraram as normas antes transcritas.**

A Constituição Federal, ao prever a isonomia, e a Lei de Licitações, ao prever, no artigo 3º, *caput*, a igualdade entre os licitantes, têm por escopo não apenas assegurar aos licitantes a possibilidade de, em simétrica paridade de armas, participarem das licitações; visam também as normas assegurar ao Poder Público maior êxito nos processos licitatórios, pois o acato ao cânone da igualdade assegura mais ampla **concorrência**.

Transcreva-se novamente, para facilidade de análise, o artigo 3º da Lei de Licitações:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§ 1º - É vedado aos agentes públicos:

**I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, RESTRINJAM OU FRUSTREM O SEU CARÁTER COMPETITIVO e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;**

Em compêndio, dois são os princípios básicos da licitação: **isonomia e eficiência, que se traduz na seleção da proposta mais vantajosa.**

“A licitação busca realizar dois fins, igualmente relevantes: o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa”<sup>4</sup>

A eficiência não autoriza a Administração a violar direitos e garantias individuais, nem princípios cardeais como a isonomia. Entretanto, formalismos exacerbados não devem obstaculizar a eficiência.

Os dois princípios se interpenetram, e devem ser aplicados à luz do princípio da **razoabilidade ou proporcionalidade**, que equaliza tensões entre os

---

<sup>4</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. São Paulo: Dialética, 2005.

princípios da isonomia, da legalidade e da eficiência, evitando que o formalismo exacerbado leve a exigências absurdas como as ora hostilizadas.

O Princípio da Proporcionalidade originou-se no Direito Alemão, e se difundiu para toda a Europa principalmente através dos Tratados de Maastricht e Amsterdã.

Para Justen Filho, em matéria de licitações, o princípio da proporcionalidade se traduz, antes de tudo, na necessidade de equilíbrio na busca de dois fins igualmente relevantes: **“A realização do princípio da isonomia deve dar-se simultânea e conjuntamente com a seleção da proposta mais vantajosa”**<sup>5</sup>

Tais princípios vedam ao Administrador formular exigências para habilitação que frustrem o princípio da isonomia.

O Princípio da Razoabilidade (Proporcionalidade) é exatamente a baliza da proporção entre a medida adotada e o fim alcançado. Sobre o tema, decidiu o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

“Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor conseqüências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do edital devem ser interpretadas como instrumentais”. (TC 004809/1999-8, Decisão 695-99, *DOU* 8/11/99, p. 50, e *BLC* n. 4, 2000, p. 203, g.n.)

Por tais razões, o rigor formal do Edital deve ser afastado, sendo torrenciais a doutrina e jurisprudência sobre o tema, e já pacificado o entendimento contrário à interpretação restritiva do Edital, como se vê em decisão do egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

---

<sup>5</sup> Op. cit.

“Visa a concorrência pública a fazer com que maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. **Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com a boa exegese da lei devem ser arredados.**”  
(Agravado de Petição n. 11.383, RDP 14, p. 240)”

**Colacionem-se mais alguns julgados:**

“Administrativo. Licitação. Habilitação. Mandado de segurança. Edital.

1. **As regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes**, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa.

2. Não há que se prestigiar posição decisória assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração da habilitação jurídica, da qualificação técnica, da qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal. [...]” (STJ, MS 5.606-DF (98/0002224-4), DJ de 10/8/98)

Os princípios e normas antes transcritos, cardeais em matéria de licitação, vedam ao Administrador formular exigências para habilitação que frustrem o caráter competitivo do certame.

A apresentação de uma quantidade exagerada de estabelecimentos, representa uma exigência que termina por dificultar a concorrência do certame. Impede que as empresas participem da licitação.

**O público a ser atendido não é tão grande quando comparado ao número de estabelecimentos exigidos. Dessa forma, o investimento para as empresas não se apresenta atrativo, traz empecilhos para o aumento no número de empresas que poderiam participar do certame e conseqüentemente a Administração não consegue atingir o seu fim, qual seja, a escolha de uma empresa especializada no fornecimento de cartões refeição/alimentação.**

A cláusula editalícia impugnada viola todas as normas e princípios antes transcritos, e diverge de remansosa orientação jurisprudencial, razões pelas quais devem ser declaradas nulas e ilegais.

### **III- Conclusão e Requerimentos:**

A ilegalidade das cláusulas editalícia, frustra o caráter competitivo da licitação ao estabelecer uma grande quantidade de estabelecimentos que não se mostra compatível, em termos quantitativos, com os servidores a serem atendidos, qual sabemos não condiz com as necessidades deste memorável e respeitável órgão, sendo dessa forma, uma exigência desproporcional para a empresa vencedora.

#### ***Ex positis, requer:***

A alterações dos Itens, no que se refere a rede de estabelecimento, para uma quantidade plausível e razoável, sendo advertido o licitante que de acordo com as necessidades da ITAIPU, fazer adequação quanto ao número de estabelecimentos;





Que seja alterado para 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato a comprovação de rede.

No mérito, requer a UP POLICARD o provimento de sua impugnação para que seja declarada a nulidade e ilegalidade das cláusulas editalícia acima mencionada e combatida, expungindo-se do Edital a ilegalidade antes apontada.

Nestes termos, espera deferimento.

Matias Barbosa MG, 14 de Agosto de 2019.

*Andreia Domingos*

UP BRASIL - POLICARD SYSTEMS E SERVIÇOS S/A

CNPJ : 00.904.951/0001-95

P.P Andresa Rocha Crosara Domingos

CPF: 055.089.226-52 / RG MG 8.796.587

Gerente de Licitações

00.904.951/0001-95

Up Brasil

Policard Systems e Serviços S/A

Park Sul, 60 Sala 33

B.Centro - CEP: 36120-000

Matias Barbosa - MG